

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos o terceiro número da Revista do Serviço Público (RSP). Trata-se de uma compilação meticulosa de artigos científicos que mergulham nas complexidades do Estado brasileiro, estruturado em quatro blocos temáticos, cada um trazendo perspectivas únicas e análises aprofundadas sobre questões cruciais que afetam o serviço público.

O primeiro deles destaca a distribuição de recursos e gastos sociais. No artigo *Avaliação do impacto da distribuição dos recursos do Salário-Educação, após a implementação do e-Social, quanto à equalização das desigualdades educacionais entre os estados brasileiros*, de Sérgio Ricardo de Brito Gadelha, Renata Mesquita D'Aguiar e Rodrigo Leandro de Moura, somos guiados por uma análise minuciosa sobre o impacto da implementação do e-Social na distribuição dos recursos das cotas-partes estaduais e municipais do Salário-Educação. Suas descobertas desvendam nuances importantes na equalização das desigualdades educacionais entre estados brasileiros. Em paralelo, no artigo *Criminalidade e o setor público: a importância da capacidade pública de realização de gastos sociais no combate aos crimes violentos no Brasil*, João José da Silva Filho e Gercione Dionizio Silva examinam a capacidade do Estado de realizar gastos sociais no combate à criminalidade, oferecendo uma visão aprofundada sobre como o endividamento público e os gastos com saúde e educação impactam as taxas de homicídios e latrocínios nos estados brasileiros.

O segundo bloco de artigos direciona nosso foco para a interação entre o Estado e os cidadãos por meio de novas tecnologias. Dênis Rodrigues, no artigo *Fatores sociotécnicos na adoção de artefatos baseados em blockchain para governo*, nos conduz por meio de uma análise sobre a adoção de artefatos baseados em *blockchain* pelo governo brasileiro, enquanto Maiara Marinho, no artigo *Challenges in citizens' digital interaction with the State: a scale to measure administrative burden*, explora os desafios enfrentados pelos cidadãos ao interagir com o Estado por meio de plataformas digitais. Suas pesquisas trazem à luz tanto as possibilidades quanto as barreiras que surgem com a inovação tecnológica.

O terceiro bloco se aprofunda na complexidade da regulação no Estado brasileiro. Alketa Peci, Pedro Ivo Sebba Ramalho e Fabíola Souza Fernandes Pereira, no artigo *Institucionalizando a regulocracia: uma análise da trajetória histórica da Anvisa*, traçam a trajetória histórica da Anvisa, examinando as políticas decisórias e burocráticas que moldaram essa agência reguladora independente. Paralelamente, Leticia Moreira Valle, Stefano Giacomazzi Dantas, Pedro Masson

Sesconetto Souza, Daniel Guerreiro e Silva e Ugo Silva Dias, no artigo *RegBR: an application overview*, nos introduzem ao RegBr, uma plataforma inovadora que avalia a transparência nos processos governamentais e fornece insights valiosos para o aprimoramento do ambiente regulatório no Brasil. Marcelo Augusto Pedreira Xavier e Sólon Bevilacqua, em artigo intitulado *Privacy and regulation: digital tracking on the internet under the General Law of Personal Data Protection*, analisam a regulação de dados no Brasil, revelando as práticas e desafios associados ao rastreamento digital na era da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Finalmente, o quarto bloco de pesquisas examina o funcionalismo público e as práticas de trabalho emergentes. No artigo *Factors associated with the use of e-Government practices: a survey applied to civil servants*, Luiz Antônio Félix Júnior, Eliana Andréa Severo, Wênyka Preston Leite Batista da Costa, Júlio César Ferro de Guimarães, Janderson Dantas Silva e Vera Lúcia Cruz investigam os fatores determinantes para a utilização de práticas de governo eletrônico pelos servidores públicos, oferecendo uma visão profunda sobre a influência social nesse contexto. Enquanto isso, o último artigo, intitulado *Competências individuais para os desafios do teletrabalho no Ministério Público do Trabalho*, de Damarys de Souza Afonso, Flávia Lorenne Sampaio Barbosa e Fabiana Pinto de Almeida Bizarria, explora os desafios e competências individuais associados ao teletrabalho no Ministério Público do Trabalho, destacando a importância da adaptação às novas formas de trabalho.

Em nome da equipe editorial da RSP, convido os leitores a explorar essas contribuições para o entendimento do complexo panorama do serviço público brasileiro. Cada artigo representa um esforço incansável para iluminar as facetas menos conhecidas do nosso Estado, fornecendo insights valiosos para acadêmicos, profissionais e formuladores de políticas. Desejamos a todos uma leitura enriquecedora e produtiva.

Atenciosamente,

Alexandre de Ávila Gomide

Editor-Chefe